

de 0 a 20 valores, segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respectivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

11.3 — Classificação Final: atribuída numa escala de 0 a 20 valores, resulta da média aritmética simples das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção:

$$CF = (AC \times 55 \%) + (EAC \times 45 \%)$$

Em que:

CF = Classificação final;

AC = Avaliação curricular;

EAC = Entrevista de avaliação das competências.

11.4 — A falta de comparência dos candidatos à entrevista de avaliação das competências equivale à desistência do procedimento concursal, bem como serão excluídos do procedimento, os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de selecção, não lhes sendo aplicado o método de avaliação seguinte.

11.5 — Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

12 — Júri do concurso: Presidente: Dr.ª Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora de Departamento; Vogais efectivos: Arq. Débora Marisa Lourenço Caires Costa Ballhause, Técnico Superior e Arq. Pedro Flávio Duarte Lopes Martins, Técnico Superior; Vogais suplentes: Dr. José Armando dos Reis, Técnico Superior e Dr.ª Sandra Cristina Pires Praça, Técnico Superior.

O primeiro vogal efectivo substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

13 — As actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha de classificação e os sistemas de valoração final do método, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

14 — Formalização das candidaturas: A candidatura deve ser formalizada em suporte de papel, através do formulário aprovado nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Portaria, fornecido pela Autarquia, disponível em www.cm-covilha.pt/camara/regulamentoseformulários/formulários/recursos humanos e remetido ao Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, podendo ser entregue pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos, sita no Edifício dos Paços do Município, Praça do Município, 6200-151 Covilhã, durante as horas normais de expediente, das 09.00 às 17.00 horas, ou remetidas pelo correio, registado e com aviso de recepção, para a morada atrás mencionada, até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas.

14.1 — O requerimento deve ser acompanhado dos documentos previstos no n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º e n.ºs 1 a 3 do artigo 28.º da Portaria:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato, do qual conste designadamente, identificação completa, habilitações académicas, experiência profissional, com indicação das funções que exerce e as desempenhadas anteriormente, correspondentes períodos e formação profissional;

b) Fotocópias do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte ou do cartão de cidadão, boletim de vacinas;

c) Fotocópia do documento comprovativo de habilitações académicas;

d) Documentos comprovativos dos factos referidos no curriculum.

e) Documento que comprove ser membro efectivo da Ordem dos Arquitectos.

14.2 — Os candidatos que exerçam funções nesta Autarquia, ficam dispensados de apresentar, os documentos exigidos, declarando esse facto no requerimento, desde que se encontrem arquivados no processo individual.

14.3 — Nos termos do n.º 9 do artigo 28.º da Portaria, a não apresentação de qualquer um dos documentos que deverão acompanhar a candidatura e anteriormente referidos determinará a exclusão do procedimento concursal.

14.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

15 — Não são aceites candidaturas enviadas pelo correio electrónico.

16 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de selecção é efectuada através de lista ordenada alfabeticamente, disponibilizada na página electrónica do Município, nos termos do artigo 33.º da Portaria.

16.1 — A lista unitária da ordenação final, após homologação, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível nos Paços do Concelho e disponibilizada na página electrónica do Município (www.cm-covilha.pt).

17 — Exclusão e notificação de candidatos — às notificações aplica-se o disposto no artigo 30.º da Portaria, para os candidatos excluídos e convocatórios para os métodos de selecção, nos termos do artigo 36.º da referida Portaria.

18 — A consulta prévia à ECCRC nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria, está suspensa conforme comunicação da GDAEP de 05/02/2009.

19 — Quota de emprego para pessoas com deficiência — do total dos lugares a concurso, será aplicada o disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

20 — Para efeitos do disposto no número anterior, os candidatos devem declarar no requerimento de admissão sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência.

21 — O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (BEP) e por extracto, no site do Município e num jornal de expansão nacional, nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria.

9 de Março de 2011. — O Vereador em Permanência e Responsável pela Gestão de Recursos Humanos, *Pedro Miguel Abreu Silva*.

304440788

MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Declaração de rectificação n.º 620/2011

Correcções materiais e rectificativas

Nos termos da alínea d) do n.º 4 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 4 de Janeiro de 2011, deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2011, as quais foram aprovadas por unanimidade, as correcções materiais e rectificativas do artigo 12.º do Regulamento do Plano de Pormenor do Bairro Novo da Figueira da Foz, nos termos do disposto no artigo 97.º-A do mesmo diploma.

Para os devidos efeitos, declara-se que na deliberação n.º 441/2008, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 19 de Fevereiro de 2008, onde se lê:

«Projectos de Qualidade

Nos casos em que sejam propostas intervenções de valor arquitectónico devidamente reconhecido pela Ordem dos Arquitectos, e cumulativamente seja declarado o Interesse Municipal pela Assembleia Municipal da sua execução, poderá ser dispensada a aplicação dos parâmetros relativos a alinhamentos, n.º de pisos e profundidades da construção, previstos neste regulamento.»

deve ler-se:

«Projectos de qualidade

Nos casos em que sejam propostas intervenções de valor arquitectónico devidamente reconhecido e declarado o interesse municipal da sua execução, poderá ser dispensada a aplicação dos parâmetros relativos a alinhamentos, número de pisos e profundidades da construção prevista neste regulamento.»

7 de Março de 2011. — O Presidente da Câmara, *João Ataíde*.

204490368

MUNICÍPIO DE LOUSADA

Aviso n.º 7839/2011

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para ocupação de 1 postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior (Gestão), por tempo indeterminado, aberto por aviso publicado no *Diário da República* n.º 230, de 26/11/2010, e homologada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 14 de Março de 2011.

Candidatos aprovados

Carlos Paulo Rocha e Sousa — 13,10 valores

Na classificação final dos candidatos adoptou-se a escala de zero a vinte valores.

Nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro e para os efeitos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º